

Cresce a dívida dos estados

Pública

Endividamento passa para R\$ 4 bilhões no primeiro trimestre deste ano

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O endividamento dos estados e municípios com os bancos públicos e privados saltou de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 4 bilhões no primeiro trimestre deste ano em comparação com igual período de 1995. O Banco Central (BC) aponta a adesão dos estados ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal como o principal fator para elevação do endividamento. "O aumento da dívida não preocupa, uma vez que as unidades federativas estão se financiando com um taxa de juros mais baixa do que a do ano passado", disse uma fonte do BC.

O esforço feito por um conjunto de 17 estados, que se comprometeram com o Tesouro Nacional a vender suas estatais e reduzir despesas com pessoal, vem aumentando a dívida. Segundo a fonte, os estados deverão adotar medidas para elevar suas arrecadações de impostos ao longo do ano de 1996. O programa de apoio do governo permite os estados tomarem recursos com a Caixa Econômica Federal (CEF) e outras instituições financeira para custear iniciativas de demissão de pessoal e reestruturação das máquinas administrativas.

As operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) alcançaram R\$ 1,8 bilhão no primeiro

trimestre do ano, um aumento real de 18%. "Este incremento deve-se, em parte, a uma pressão por demanda vinda dos municípios", disse a fonte do BC. Os municípios, excluindo as capitais dos estados, levaram R\$ 74 milhões de receitas de AROs. Antes das eleições municipais, os prefeitos estão obrigados a pagar essas dívidas. Os recursos de ARO são usados pelos estados para pagar despesas de curto prazo, como folha de pagamento. Os estados e municípios concedem suas receitas como garantia para os empréstimos de ARO.

Minas Gerais, com R\$ 498 milhões, foi o estado que mais levantou recursos por meio de ARO. O governo mineiro está adotando um conjunto de medidas para equilibrar suas contas, como venda de empresas esta-

tais. O Rio Grande do Sul, entre operações de ARO e outros empréstimos, tomou R\$ 445 milhões do mercado financeiro. O governo gaúcho espera reduzir de 220 mil para 200 mil o quadro de seus servidores com o Programa de Demissões Voluntárias (PDV). No curto prazo, terá gastos adicionais de despesas e precisará tomar recursos com os bancos. Mas, no médio prazo, espera um equilíbrio nas suas contas. As linhas de crédito em operações de dívida contratual com prazos maiores de um ano atingiram R\$ 2,2 bilhões, pouco acima do registrado no primeiro trimestre de 1995.

Mesmo com uma elevação do endividamento dos estados e municípios em operações de ARO e da dívida contratual, as expectativas de um equilíbrio fiscal são boas para este

ano. "O importante é a redução dos custos financeiro verificado este ano para os estados e municípios", disse a fonte do BC. Os custos de financiamento dos estados e municípios, que chegaram a atingir em média 8% ao mês no primeiro trimestre do ano passado, foram reduzidos para 4,6% no mesmo período deste ano.

O déficit operacional dos estados e municípios, que foi de 2,43% do Produto Interno Bruto (PIB), deverá ser reduzido de forma significativa neste ano. Com a previsão de redução dos juros, o déficit deve cair. O Tesouro Nacional já tem um compromisso de esforço fiscal de 17 estados destinado a gerar um superávit primário de R\$ 3,5 bilhões para este ano. Em 1995, este superávit tinha sido de apenas R\$ 359,5 milhões.